

Toffoli anula provas de acordo da Odebrecht e propicia revisão em massa da Lava-Jato

EFEITO CASCATÁ

PORTEIRA ABERTA

Toffoli invalida provas da Odebrecht, critica prisão de Lula e condenações de políticos podem ser anuladas

DANIEL GULIANO E ANNEKE VAN DER MEULEN

IMPACTO DA SENTENÇA

Toffoli anula provas da Odebrecht e que órgãos públicos devem apurar conduta de agentes que as utilizaram

PRINCIPAIS PONTOS DA DECISÃO

- Anulação das provas: Toffoli declara a "impossibilidade" dos elementos de prova obtidos a partir de acordo de leniência da Odebrecht.
Apuração das responsabilidades: O ministro ordena a apuração de conduta dos agentes públicos envolvidos no acordo de leniência da Odebrecht.
Acesso às mensagens: Toffoli decidiu que todos os documentos investigados na Lava-Jato poderão ser "revistos obrigatoriamente" por procuradores e o juiz da Lava-Jato que foram apreendidos na Operação Soffing.

PROVAS ANULADAS

Toffoli considerou nulas todas as provas obtidas a partir dos sistemas Overpay e No Way Day, plataformas que tinham a função de controle de pagamento da própria Odebrecht.

INVESTIGAÇÕES EM ANDAMENTO

O GLOBO identificou ao menos três requisições em andamento no Supremo que podem ser afetadas pela decisão. As investigações envolvem:

- Relatório arrematado: identificação de irregularidades por codornices.
Indicação de pagamento de propina.
Relatório de obras relacionadas à própria Odebrecht.

OUTRAS DERROTAS DA LAVA-JATO

- Como deu: O STF decidiu que a força-tarefa ao decidir que casos de corrupção ligados à prisão de Lula não deviam ser considerados crimes delictivos.
Fim da força-tarefa: O STF decidiu que a força-tarefa ao decidir que casos de corrupção ligados à prisão de Lula não deviam ser considerados crimes delictivos.
Solução de provas: O STF decidiu que a força-tarefa ao decidir que casos de corrupção ligados à prisão de Lula não deviam ser considerados crimes delictivos.
Prisão de Lula no Paraná: O STF decidiu que a força-tarefa ao decidir que casos de corrupção ligados à prisão de Lula não deviam ser considerados crimes delictivos.



Roberto Barroso (STF)
O ministro Roberto Barroso, chefe do STF, afirmou que a decisão de Toffoli é um precedente importante para o sistema de justiça brasileiro. Ele destacou que a anulação das provas da Odebrecht pode levar a uma revisão em massa de outros acordos de leniência e a uma reavaliação das condenações de políticos envolvidos na Lava-Jato.

entendimento de Toffoli, entretanto, combinados com base em elementos apresentados pela empreiteira podem garantir o cumprimento de suas ações. Caberá ao juiz de cada processo avaliar se há outras provas que sustentem as condenações ou se elas foram "contaminadas".

TOFFOLI ARGUMENTOU QUE OS INVESTIGADORES SE UTILIZARAM DE PROCEDIMENTOS IRREGULARES E QUE, QUANDO A LAVA-JATO FOI OBSERVADA, NÃO HAVIA SINALS DE QUE O ACORDO DE LENIÊNCIA DA ODEBRECHT HAVIA SIDO FEITO. O MINISTRO ENTÃO DECIDIU ANULAR AS PROVAS OBTIDAS A PARTIR DO ACORDO DE LENIÊNCIA DA ODEBRECHT, PORQUE ELAS NÃO ERAM CONSIDERADAS PROVAS VÁLIDAS PARA O PROCESSO DE LAVA-JATO.

PERGUNTAS E RESPOSTAS SOBRE O CASO

- Quais evidências foram obtidas por Toffoli para justificar a anulação?
O acordo de leniência da Odebrecht está anulado automaticamente?
Quem foi condenado com base nas provas está inocentado automaticamente?
Quem já pagou multas será obrigado a pagar mais?
O que acontece com juízes e procuradores que participaram da elaboração do acordo?

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Política Pagina: 4